

Declaração Política

Estatuto Político-Administrativo dos Açores

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Com a aprovação do novo texto do Estatuto Político-Administrativo, fecha-se, pela mão da maioria do PS e com o apoio do PP, PCP e BE, um ciclo de mudança ao nível do funcionamento da autonomia no que respeita concretamente aos Açores e respectivo relacionamento com a República.

Quatro grandes ‘saltos’ foram assim dados pelos Açores pelas mãos de governos e do Partido Socialista, sob a liderança de Carlos César. Primeiro ao nível financeiro com a aprovação da Lei de Finanças Regionais que veio reforçar e clarificar o relacionamento financeiro das Regiões com a República, passando finalmente a reconhecer os evidentes sobrecustos de uma Região com 9 ilhas em contraste com outra composta por duas ilhas, mas durante largos anos privilegiada ao nível das transferências do Estado.

Depois a revisão da Constituição Portuguesa que, no que respeita ao quadro político-institucional do relacionamento entre a República e as Regiões, veio trazer grandes alterações, processo que só ficou consumado com a aprovação do novo Estatuto para os Açores.

Entretanto, foi a alteração da Lei Eleitoral que veio introduzir maiores equilíbrios ao nível da representatividade dos partidos políticos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Saiu assim, por essa via, reforçada a Autonomia.

Este processo, que conduziu finalmente à aprovação do novo Estatuto Político-Administrativo, era um processo essencial ao reforço da nossa Autonomia e à clarificação do nosso papel no Estado e do nosso relacionamento com a República.



Anos de trabalho político resultaram sempre em dúvidas de interpretação de sucessivos textos estatutários, bem como da sua conjugação com a Constituição da República Portuguesa. Sempre que nos parecia que um novo Estatuto ou uma nova Constituição vinham, finalmente, resolver dúvidas de interpretação sobre as nossas competências legislativas, e outras, lá surgiam os entendimentos, sempre restritivos, dos vários órgãos de soberania, já para não falar dos comentadores e constitucionalistas de nomeada.

É verdade que a Autonomia está sempre inacabada, sempre em construção, mas a verdade também é que nunca esteve tão bem fundada nos seus alicerces legislativos como hoje.

É, igualmente, verdade que dúvidas sobre as nossas competências legislativas sempre existiram, e existirão, mas nunca o quadro de referência foi tão clarificado como o que hoje possuímos. É também verdade que sempre existiram dúvidas de constitucionalidade de normas, do Estatuto, como de resto de muita da legislação que enquadra a nossa vida aos mais diversos níveis de funcionamento do Estado e da Região.

No decurso de todo este processo, foram suscitadas dúvidas, relativamente ao então projecto de Lei, por parte do Senhor Presidente da República, cuja legitimidade nunca questionámos, pelo contrário. Apreciámos ver essas dúvidas esclarecidas a bem da clareza do seu enquadramento jurídico-constitucional. Surpreendente, no entanto, foi constatar que, logo depois de esclarecidas as dúvidas pelo Tribunal Constitucional, que viria a confirmar a inconstitucionalidade de oito das treze normas, outras fossem lançadas na opinião pública por diversos actores políticos, começando pelo próprio Senhor Presidente da República e terminando em diversos fazedores de opinião, passando pelas apreciações de eminentes juristas que, por o serem, vivem naturalmente das dúvidas que tais interpretações sempre suscitam.

E todos pretenderam esclarecer-nos, tantas vezes através de declarações confusas.

E tudo isto é normal? Não, não é. Não é normal que o Senhor Presidente da República mantenha reservas para além das que suscita ou, em alternativa, pretenda remeter para o plano político a discussão de um diploma, incutindo dúvidas na mente dos portugueses e, de certa forma até,



cumprindo o oposto do seu papel enquanto garante da unidade do Estado. Não é normal que os mais destacados agentes políticos neste processo - os partidos políticos - alguns dos quais co-construtores da própria proposta, unanimemente aprovada por esta Assembleia, tenham eles mesmos a partir de dada altura, coincidentemente após as eleições regionais de Outubro, passado a duvidar do próprio Estatuto que fizeram aprovar, dando aliás aparentemente razão aos que afirmavam que a posição unânime da Assembleia da República na sua primeira aprovação se deveria ao calendário eleitoral.

A verdade, porém, é que o Estatuto foi aprovado por uma maioria cuja legitimidade não pode ser posta em causa, embora sob a ameaça do PSD suscitar a fiscalização sucessiva do diploma, preocupado com a constitucionalidade de uma entre centenas de normas, coincidentemente também motivo de dúvida do Senhor Presidente da República.

A saber o PSD quer esclarecer se tem ou não suporte constitucional a norma do Estatuto que prevê um processo de audição dos órgãos de governo próprio da Região pelo Presidente da República antes de uma eventual dissolução desta Assembleia Legislativa. O facto é que não tem este Grupo Parlamentar a capacidade de identificar a gravidade da situação ora criada, no que cremos aliás ser acompanhados pelos açorianos.

Outro entendimento parece ter o PCP que não só está preocupado com esta norma do artigo 114º, como também com o 140º relativamente aos limites impostos ao nível dos poderes de revisão do Estatuto pela Assembleia da República, que mais não faz do que consagrar o que durante décadas não conseguimos atingir plenamente, numa palavra, estabilidade no nosso relacionamento político-institucional com a República.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo



Temos, finalmente, um Estatuto Político-Administrativo que honra a Autonomia e o passado de todos aqueles que se bateram, muitas vezes sozinhos nestas ilhas, por este modelo de governação e desenvolvimento. Esta foi, sem dúvida, uma luta que fará história e que terá consequências para os partidos envolvidos.

Temos, porém, a certeza que alguns ficaram do lado errado da história. Por opção própria, contra a opção dos açorianos. Os mesmos que, agora, preparam uma fuga para a frente, propondo uma revisão constitucional para aprofundar a Autonomia. Ou destruir a vitória alcançada?

Uma ironia, certamente, quando a proposta é apresentada no preciso dia em que entrou em vigor o nosso Estatuto, o mais importante instrumento de sempre para a vida de todos os açorianos, mas que, infelizmente, contou com a abstenção do PSD.

Em matéria de defesa da Autonomia e dos Açores pode-se reflectir, discutir, ponderar, mas não se pode, nunca, hesitar na hora da verdade.

E pensar que a nova líder, em Outubro de 2007, numa ocasião solene, afirmou que o professor Cavaco Silva iria ficar para a história como o “Presidente das Autonomias”. Ironia do destino. Aliás, bastante previsível para quem estivesse atento às palavras então proferidas pelo Senhor Presidente da República na sessão solene ocorrida na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Incongruências e hesitações que foram, ao longo dos últimos meses, sendo registadas, com espanto, pelos açorianos, ao mesmo tempo que foram constatando a serenidade e verticalidade demonstrada pelo Partido Socialista na Região e na República.

Cá como lá, fomos um só. Cá como lá, não hesitamos por um segundo que fosse. Cá como lá, elegemos um objectivo: os Açores e a sua Autonomia.

Agora, é tempo de sarar as feridas que esse processo reabriu no país, muitas das quais pela voz de alguns que, estou convicto, nunca tinham lido o nosso Estatuto.



Agora, que o principal objectivo está assegurado neste processo, é tempo de voltar a trilhar o caminho para fazer da Autonomia um desígnio nacional.

O Partido Socialista não se limitará a fazer o controlo dos danos causados por outros. Cabe-lhe a missão e o dever de ir mais além. Numa atitude pedagógica, deve propor aos principais actores políticos e institucionais do Estado um verdadeiro Pacto Autónimo. Não será uma tarefa fácil. Mas a esse tipo de dificuldades está o Partido Socialista habituado.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Janeiro de 2009.

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Hélder Marques da Silva